

DE RETIRANTES A OPERÁRIOS:

TRABALHO, RESISTÊNCIA E CONFLITOS
NAS OBRAS CONTRA AS SECAS (1915-1919)

Lara de Castro¹

Os poderes públicos têm conhecimento do fenômeno da seca desde o período colonial, mas foi somente na segunda metade do século XIX que a questão ganhou repercussão nacional como um problema. Com a seca de 1877, cenas de tragédias e horrores foram descortinadas: fome, falência, migrações vultosas, furto, prostituição, peste e morte compuseram esse quadro. A estiagem prolongada mobilizou o Império no sentido de realizar uma ação para conter as posteriores secas.

De acordo com o historiador Frederico de Castro Neves, um dos motivos para as proporções que tomou essa seca foi o contexto de mudanças nas relações existentes no campo². Essas relações, baseadas num sistema de “troca de favores”, asseguravam alguma forma de socorro providencial aos sertanejos nos tempos difíceis.

Ocorre que a seca de 1877 trouxe a falência a grandes proprietários. Sem terra para trabalhar e sem comida, muitos sertanejos cearenses migraram para as cidades mais próximas e para outros estados do Brasil. As aglomerações de famintos geraram enormes problemas sociais, demandando uma efetiva ação governamental. O Estado iniciou suas estratégias – entre elas a ocupação de retirantes em obras públicas –, assumindo o dever de socorrer as vítimas das secas.

Assim, tornou-se recorrente o contato dos sertanejos com as autoridades do governo. Os trabalhadores do campo, mediante as experiências acumuladas e a memória de estiagens anteriores, passaram a entender que a obrigação de ampará-los agora era do Estado, cobrando a assistência em tempos de estiagem. Nas frentes de serviços, uma forma diferenciada de relacionamento no mundo do trabalho será vivenciada entre retirantes operários e engenheiros. É relevante atentar para a maneira pela qual os trabalhadores dessas frentes resistiam e lutavam na tentativa de sobreviver.

Multidão de famintos: “pois a fome não espera pelo amanhã”

Havia cerca de dez anos que uma grande seca não assolava o Ceará e outros estados na região do semiárido, até que chegou o flagelo de 1915, gerando problemas em diversas esferas. Nesse tempo já existia a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), funcionando com um numeroso pessoal e muitos regulamentos; contudo, foi criada outra repartição para executar e apressar os serviços contra a seca de 1915: a Comissão de Obras Novas Contra as Secas, cujo diretor nomeado foi Aarão Reis, conhecido nome da engenharia nacional³.

Mesmo que o ano de 1915 tenha iniciado com boas aparências de inverno, o “sertanejo que bem conhece sua terra sabe que prolongado verão em março, destruindo as plantações e babugens, indica que o ano é de seca, ou pelo menos nulo de produção agrícola e de pastagem suficiente para a criação”⁴. Assim, não caindo chuva após o dia de São José⁵, iniciaram-se as retiradas. Milhares de retirantes começaram a longa trajetória em direção aos centros urbanos, conforme verificamos a seguir:

Levas de retirantes já começam a invadir a cidade, procurando num intuito de conservação salvar a vida... Deixo na responsabilidade do governo tomar providências.⁶

O governo, procurando acalmar a excitação provocada pela extinção dos recursos e tentando impedir que retirantes invadissem as cidades, espalhou

obras no interior do semiárido. Foram iniciadas 27 construções nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. A política era de realização de obras no interior que possibilitassem o acesso à água e priorizassem a ocupação do maior número possível de retirantes nas construções. No Ceará, o começo dessas construções tardou, o que, somado à demora nos socorros, tornou a situação cada vez mais alarmante.

Em 20 de outubro de 1915, o jornal *A Lucta* noticiou a chegada dos engenheiros-chefes das construções da Comissão de Obras Novas. A chegada desses profissionais aumentava as expectativas pelo início das obras, que resultava numa aglomeração ainda maior de pessoas nos locais onde seriam realizadas as construções. Conforme informa o relatório da Comissão de Obras Novas sobre o Açude Mulungu⁷, em Itapipoca (CE), “antes de iniciadas as obras, já era considerável o número de infelizes que, nas proximidades do respectivo local, aguardavam serviço”⁸. Na verdade, a “odisseia” dos retirantes já havia sido iniciada antes que fossem começadas as construções, pois só a esperança da obra já era suficiente para que muitos trabalhadores se dirigissem aos locais das construções à procura de serviço, o que gerava tensões:

“Comunico está próxima revolta famintos não contemplados no trabalho.”⁹

Iniciadas as obras, operava-se um grande ajuntamento de retirantes exigindo trabalho. Diante de tal situação, o chefe da obra ficava impossibilitado de atender a todos os “pedidos caridosos”: “[...] Tenho empregado 300 a 385 retirantes [...] serviço comporta 250 máximo [...] Existem cerca de 2 mil pedidos”¹⁰.

Sete dias após o início do Açude Caio Prado, em Santa Quitéria, no estado do Ceará (CE), o engenheiro responsável pela obra já noticiava as intituladas “avalanches de flagelados”. Sequências de registros são encontradas noticiando a recorrência desses conflitos. No relatório da Comissão de Obras Novas Contra as Secas, na parte referente à construção do Açude Caio Prado, o inspetor Aarão Reis informava que:

O condutor Severino de Oliveira, logo após sua chegada ao local das obras, atacou ativamente, lutando com dificuldades sérias para satisfazer a multidão de famintos que se apresentavam a reclamar trabalho.¹¹

Esse quadro de insatisfação e de insistência na busca de trabalho ocorreu também nos demais açudes da Comissão de Obras Novas Contra as Secas, o que dificultava o período inicial da construção. No Açude Mulungu, em Itapipoca (CE), como foi informado em relatório, o engenheiro Rômulo Campos,

“forçado pela miséria, que reinava entre os flagelados”, viu-se “obrigado a admitir número maior de trabalhadores do que realmente comportava a obra”¹².

Em açudes de maiores proporções, como foi o caso do Açude Patos¹³, localizado em Sobral (CE), quando a folha orçamentária foi fechada em 435, o número de operários chegou à média de 700 nos primeiros meses da obra. O engenheiro informava em telegrama que era “obrigado a atacar o serviço devido à grande aglomeração de famintos” e “admitir-se o número que se puder”¹⁴. A solução encontrada pelo engenheiro Rômulo Campos para empregar um maior número de trabalhadores, que afluíam diariamente ao local da construção, foi atacar simultaneamente vários serviços: trabalhos na fundação da barragem, na abertura do sangradouro e roçagem da bacia hidráulica. Nessas condições, em dezembro de 1915, já eram contabilizados na obra mais de 2 mil operários¹⁵.

O jornal *A Lucta* de 20 de outubro de 1915, relata que a construção do Açude de Patos “apenas comportava 200 trabalhadores; ao terceiro dia do seu início, o número de pessoas que solicitavam trabalho já atingia perto de 1 mil”. Uma informação relevante é dada pelo jornal: em entrevista feita com dois homens dispensados, ficou registrado que “o engenheiro chefe dispensou 200 homens de uma vez, distribuindo a cada um 1\$000 para as despesas do regresso”.

Um serviço que deveria comportar apenas um pequeno número de trabalhadores abrigou o quádruplo do necessário e o ajuntamento de retirantes era motivo para o mau andamento das obras, daí resultando muitas estratégias dos engenheiros no sentido de acalmar os ânimos dos “famintos”. Essas estratégias eram diversas. Os relatos eram de que os engenheiros se viam obrigados a iniciar os trabalhos rapidamente para “satisfazer a grande aglomeração de famintos”¹⁶, admitindo um número maior do que comportava a obra, pedindo permissão para avolumar trabalhos a fim de fornecer serviços a muitos retirantes. A transferência do problema mediante o financiamento da volta dos retirantes que não conseguiram ser ocupados nas obras, também era uma tática da equipe técnica para evitar aglomerações maiores. Fora isso, também existia o provimento de gêneros alimentícios para as pessoas que insistiam em ficar ao redor das obras.

Os conflitos avolumavam-se à medida que os trabalhos prosseguiam. Os retirantes, com sua presença ameaçadora, desorganizavam as construções iniciadas e forçavam as autoridades a intervir. Com a continuidade da movimentação de retirantes e a conquista de trabalho por alguns, a multidão de famintos, com a “motivação da fome”, percebia que, em um número expressivo, poderia de forma mais rápida pressionar os engenheiros e conseguir ocupação. A pressão exercida pelos retirantes sobre os engenheiros das obras

assegurava o direito ao trabalho e, portanto, o direito à comida e à vida. Para os retirantes, essa negociação na fase inicial criava a convicção de que novas concessões poderiam ser feitas pelo chefe.

É importante perceber, entretanto, as ações dos retirantes não como movimentos planejados com vistas à ocupação de espaços institucionais, organizados metodicamente para a disputa e com um discurso político articulado. Como afirma Frederico Neves, o ajuntamento de pessoas aguardando ocupação é um forte argumento e poderoso “meio de pressão que os retirantes trazem para o cenário da negociação; e a fome – ou a perspectiva de passar fome – é a motivação essencial”¹⁷.

Fica claro que a ação das “avalanches de flagelados” acontecia na busca por trabalho incitada pela fome. Contudo, era também um reflexo da resistência em prol da conquista de um direito, que ao mesmo tempo tinha representatividade individual e coletiva. O trabalho era um direito que os retirantes percebiam que existia, efetivamente, para alguns – os que conseguiam colocação nas obras – e para outros, não, daí a obstinação contra uma condição desigual. A motivação da fome não deixa de ser um artifício relevante a se considerar nessas ações, mas, como afirma Thompson, ela não preceitua as ações rebeldes nem determina as formas da revolta¹⁸.

Como foi dito inicialmente, a partir da seca de 1877, as autoridades governamentais passaram a dar socorro e proteção aos trabalhadores em tempos ruins e a cada seca os retirantes entendiam esse auxílio como um direito, buscando garanti-lo – o que é verificado nos estudos de Neves¹⁹. Dentro das construções da Comissão de Obras Novas, os retirantes reclamavam e procuravam ocupação baseados na ideia de que as construções eram organizadas pelo governo e, desse modo, eles tinham o direito à assistência em forma de trabalho nas obras.

Na construção do Açude Patos, num relatório de serviços, o engenheiro afirmou que muitos esperavam “maltrapilhos e inanidos”, e o número dos que ficavam à espera de trabalho cresceu bastante, havendo dias em que se registrou “a iminência de um ataque de flagelados, aconselhado por perversos que entendiam que o dinheiro era para distribuir com o povo”²⁰. Os retirantes encontravam apoio da sociedade local no momento de cobrar o amparo. A pressão exercida sobre os chefes das obras não era vista pela sociedade como um ato criminoso, já que a situação limite da seca e a justificativa da fome davam a essas ações “legitimidade social”.

A partir dessas premissas, o Estado deveria, como mandava o costume, dar assistência aos flagelados da seca de 1915. Os retirantes exigiam o que consideravam seu por direito. Os representantes do Estado naquele momento eram os engenheiros, a eles cabia o dever de dar assistência, que

ali se configurava na forma de trabalho nas obras. O flagelo da seca e a necessidade emergencial de lidar com esse problema obrigavam a uma nova gerência do problema.

Como foi mostrado anteriormente, o início da obra era conturbado, pois consistia em um momento de maior concentração de mão de obra, em número impossível de ser atendido pelo engenheiro. Quais, então, eram os critérios utilizados para a seleção de quem trabalharia nas obras públicas de açudagem?

Os engenheiros encarregados da construção dos açudes da Comissão de Obras Novas usavam como justificativa para seleção dos trabalhadores o grau de necessidade de cada um, admitindo-se “o numero de cinco pessoas da família para cada trabalhador, número adotado em outras construções”²¹, o que significava que a diária de um trabalhador assistia em média cinco pessoas.

Na documentação do Açude Caio Prado são mencionados os numerosos alistamentos, muitas vezes encaminhados por autoridades políticas locais. Em carta dirigida ao presidente de estado, Benjamim Barroso, em 6 de novembro de 1915, o condutor da obra Severino de Oliveira afirmava que “cada cidadão tinha listas de pessoas para trabalho”, mas estava administrando com dificuldades, pois não podia receber todos no serviço. Dessa forma, aconselhava-os “a não desanimar e procurar como recurso a migração”, iniciativa que contou com “colaboradores como os coronéis Manoel Rufino Magalhães e Alves da Fonseca Lobo”.

Percebe-se, então, que não somente a necessidade extrema de uma pessoa delimitava a condição para a obtenção da ocupação, mas também a proteção dada por autoridades. O interesse, muitas vezes, era assegurar a ocupação da mão de obra desses sertanejos para que, ao findar o período de estiagem, pudessem voltar a trabalhar em suas fazendas²².

Os jornais noticiavam a distinção existente na hora de dar trabalho aos retirantes, mostrando indignação, afirmando que Severino de Oliveira preferia dar trabalho aos mais fortes, a homens sem necessidade, o que contrariava o discurso oficial da Comissão de Obras Novas de dar amparo imediato aos “mais miseráveis”. Diante dessa situação, a imprensa defendia que o serviço era de socorro a todos os famintos, portanto todos tinham direitos iguais:

Devem ser admitidos no serviço tantos homens quanto solicitem trabalho, pois não se compreende que tais serviços decretados exclusivamente para socorrer os famintos sirvam apenas a uma parte destes, ficando o resto, na maior parte, lesado na distribuição do miserável bolo que não está sendo feita com equidade. Todos têm igual direito e por isso, enquanto houver dinheiro, deve-se socorrer a todos e quando este acabar que voltem todos às privações.²³

Analisando essa fonte, percebe-se mais uma vez que o trabalho, nesse contexto, não é visto como favor prestado pelo governo, mas como *igual direito* dos que solicitavam faina. A experiência de secas anteriores, da ocupação da mão de obra dos retirantes nas obras públicas, assegurou que a assistência em forma de trabalho deixasse de ser uma dádiva do governo e passasse a ser expectativa dos de baixo, quase uma obrigação dos de cima. O requisito que assegurava a conquista desse benefício era a condição de trabalhadores camponeses que, pela situação da seca, estavam sem ocupação e em grande necessidade. Se a condição apresentada era semelhante, então, o direito era de todos.

Na terra da promessa

Afora os problemas decorridos no emprego dos braços dos retirantes, outros iam somando-se no cotidiano das frentes de serviços da Comissão de Obras Novas. Um deles referia-se às condições de alojamento do pessoal operário. Em meados de novembro de 1915, mais de um mês depois de iniciadas as obras no Açude Patos, ainda não existiam barracamentos para os trabalhadores. Responsabilizava-se por tal fato a escassez de materiais, como madeira, ramos e palhas, para o serviço, e “não só os trabalhadores como alguns fornecedores” estavam “completamente expostos ao sol, ao tempo, ao relento”. Estava “tudo abandonado, sem meios sequer de alimentação”²⁴. No jornal *A Lucta* de 17 de novembro de 1915, um fornecedor do Açude Caio Prado informava que semanas antes havia visitado “malhadas de famintos”, todos ao desabrigo. Segundo ele, “ali agonizavam dezenas de crianças”.

Em janeiro de 1916 já existiam outras instalações, conforme verificamos no relatório de serviços executados abaixo:

Para instalação dos serviços mandei construir uma casa para armazém, uma para morada dos auxiliares, uma para oficinas, três grandes barracões para o pessoal e fiz reparos gerais na casa para o escritório. Para a cobertura dessas diversas construções comprei telha e palha de carnaúba pela falta absoluta de outro material mais econômico. Tais construções impunham-se pela falta de habitações no local.²⁵

Os vilarejos que ganhavam forma no açude, somados à estrutura geral de funcionamento das obras, recebiam da imprensa local nomenclaturas que os igualavam a lugares inadequados. Os adjetivos dados eram em geral: “grande arraial”, “*front*”, “sardinha em lata”, “abundante mercado”, “anfiteatro de gladiadores”, e os nomes dados aos sujeitos que trabalhavam ou viviam ao

redor da obra eram os mais variados, diversos, podendo-se citar: “famintos”, “maltrapilhos”, “esqueléticos” “homens sinistros”, “homens magros”, “homens tristes” e “homens cansados”. Todos trabalhando muito, numa “luta desesperadora pela conservação da vida”.

Sendo assim, a aparência era a de um lugar abarrotado. A imagem é a de um campo espantoso. Afora as dificuldades iniciais de instalação do pessoal operário e administrativo, três meses após o início das obras noticiou-se outro problema: a disseminação de moléstias nos açudes. Os registros remetem especificamente à questão no Açude Patos. Um ambiente de aglomeração de famílias pobres, debilitadas e mal alimentadas, sem uma estrutura salubre, resultava na facilidade de dispersão de doenças.

Era nesse espaço que o cotidiano era dividido entre engenheiros, auxiliares técnicos, operários e seus familiares. Era esse o lugar que funcionava como escola para os trabalhadores das secas, onde retirantes se tornavam operários das obras e lutavam para garantir a sobrevivência.

De retirantes a operários

Só a região da seca poderá fornecer lutadores e operários contra as secas. [...] Ninguém ignora que, em ultima análise, o problema da seca é problema do trabalho. A falta do trabalho produz miséria, fome, desgraças.²⁶

Os operários, logo que eram alistados, começavam os serviços imediatamente. Mesmo debilitados fisicamente, trabalhavam com rapidez. No relatório enviado a Aarão Reis em 25 de janeiro de 1916, o engenheiro Rômulo Campos informa que inúmeros trabalhos preparatórios foram realizados de outubro a dezembro de 1915.

Nas obras do Açude Patos, entre outros, foram realizados roçado em capoeira fina, nos locais da barragem, sangradouro, bacia hidráulica, oficinas e abarracamentos; escavação em terras, piçarra e rocha para cava de fundação da barragem, para a construção da parede e para o sangradouro; transporte de materiais diversos; umedecimento e apiloamento das terras.

Na obra, também foram feitos os serviços de instalações, sendo edificados:

Dois tanques de alvenaria de tijolos para água, abertura de quatro grandes cacimbas para abastecimento do pessoal, construção de uma casa para armazém, uma para morada dos auxiliares, uma para oficinas do ferreiro e carpinteiro, três grandes barracões para o pessoal e reparos gerais na casa para o escritório.²⁷

A partir dessas descrições, pode-se ter uma visão não generalizada dos tipos de trabalhos desempenhados pelos obreiros dos açudes. Escavação, roçado de terra, transporte de materiais, umedecimento, apiloamento de terra, fora diferentes trabalhos em que se exigiam outros tipos de conhecimento, como pintura, alvenaria e carpintaria; tudo demonstrando a complexidade do canteiro de obras.

Nas contratações é mencionada a lotação de operários para desempenhar funções de mestre de obra, contramestre, pintor, carroceiro, pedreiro, ferreiro, feitor, carpinteiro e servente. Percebe-se a diversidade de funções atribuídas aos retirantes. Aliás, o engenheiro Rômulo Campos alegou em relatório que havia distinções entre os operários: existiam os que trabalhavam em “serviços especiais”, e para esses eram dadas maiores diárias. Nas obras eram também admitidos idosos, mulheres e meninos com a justificativa de minorar o sofrimento da família²⁸.

Conforme *A Lucta*, era grande o “número de flagelados sexagenários, que não podiam empunhar a picareta, frágeis viúvas, mãe de debilitada família, moças e crianças, que não podiam conduzir a caçamba de barro, os quais, por via de regulamento de tais serviços, não podiam ser inscritos no rol de trabalhadores sem prejuízo no orçamento”²⁹.

Se existiam, porém, outros trabalhadores mais adequados à labuta, por que usar a mão de obra dos retirantes? Por que engenheiros mantinham mulheres, crianças e idosos correndo o risco de aumentar o orçamento da obra?

Talvez a intenção dos engenheiros fosse muito mais aproveitar a mão de obra do operário retirante do que racionalizar tecnicamente o trabalho. Na verdade, era uma “racionalização dos socorros”, que objetivava dispersar retirantes em obras, refletindo a necessidade de evitar esmolas. Era preciso ocupar os pobres com alguma atividade para que pudessem vir a receber quaisquer formas de assistência.

Manter pessoas ocupadas nesse período era afastá-las da ociosidade e, assim, como afirma Chalhoub, de um “estado de depravação de costumes que acaba levando o individuo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual...”, pois “se um indivíduo é ocioso, mas garante sua sobrevivência, ele não é perigoso à ordem social”³⁰. Então, a atitude caridosa de manter mulheres, crianças, idosos e outros trabalhadores, que na avaliação do engenheiro e da sociedade não prestavam para o trabalho, era também uma maneira de mantê-los ocupados e disciplinados.

Um observador foi analisar as obras do Açude Patos, em fevereiro de 1916, e narrou um pouco o seu cotidiano. Dentro desse relato ele pontua que:

[...] foi ver o serviço no sangradouro onde trabalhavam a turma do J.M., 150 homens, uns carregando terra em caçambas, outros perfurando pedras para dinamitá-las, outros de picareta em punho cavando a piçarra... um enxame de operários subindo e descendo com as caçambas.³¹

Os operários viviam sob pesada disciplina. O jornal *A Lucta* de 10 de novembro de 1915 expõe que trabalhadores “mirrados e enfraquecidos por uma fome de dez meses” eram obrigados “diariamente a dez horas de trabalho insano à picareta, sob rigor de um sol causticante e, sobretudo, malcomidos, mal bebidos e maldormidos”. Esse quadro não se limitava somente aos açudes da Comissão de Obras Novas do Ceará. Na construção do Açude 25 de Março, no Rio Grande do Norte, Felipe Guerra relatava que o engenheiro chefe Flávio Castro informara que existia uma turma só para transportar materiais de outros açudes: “em cabeça e braço, numa extensão de seis léguas de maus caminhos, foram transportados vagonetes e trilhos decauville, carrinhos de mão, bombas, pás, picaretas e etc.”³².

Observando os documentos citados e levando em conta os trabalhos realizados já nos dois primeiros meses da construção, pode-se entrever como era árduo o serviço diário desses obreiros. Os relatórios de serviços realizados mostram que várias obras foram executadas por esses trabalhadores. Mesmo levando em conta que os relatórios tinham intenção de mostrar rapidez e eficiência, outros documentos também confirmam como foram expressivas as tarefas realizadas num curto espaço de tempo.

Os trabalhadores eram organizados em grandes turmas coordenadas por feitores, dirigidos por um feitor geral. Logo pela manhã acontecia a chamada geral, quando cada feitor anotava todas as faltas e frequências de seus comandados. Após a chamada, os auxiliares de campo davam as ordens de serviço para o feitor que, junto aos seus operários, seguia para o local dos trabalhos, “fazendo logo depois uma nova chamada para ver os presentes, anulando os pontos dos faltosos”. Por volta das “11 horas da manhã era realizada a primeira refeição. E, por volta das seis horas, podiam sair do serviço. Todas as tardes, depois da jornada, os feitores organizavam as notas dos operários sob sua competência, devendo comparecer à entrega dos vales de sua turma a fim de auxiliar e verificar se o que recebia era o mesmo que havia trabalhado, evitando “conversas e bagunça”. No total, os auxiliares de campo faziam três chamadas por dia, marcando as tarefas do pessoal³³.

Cada operário era o responsável pelo seu instrumento de trabalho e cabia ao feitor zelar e fazer a contagem das ferramentas de sua turma. A fiscalização dos serviços era rigorosa, o feitor não podia se ausentar do local onde trabalhava sua turma. A este também era dado o papel de auxiliar,

ensinar e instruir os operários. Deveria ainda portar-se “convenientemente com o pessoal da turma, evitando conversas e pilhérias”. Também deveria evitar a promiscuidade com o pessoal operário, quer durante o período de trabalho, quer fora dele.

É interessante pontuar, dentro desse relato do dia a dia na obra, que para ser um feitor era necessário saber ler e escrever, ter boa conduta, não possuir vícios, apresentar-se decentemente, “sempre de paletó e calçados”. Além disso, deveria mostrar sempre “autoridade, energia e urbanidade”. De acordo com o jornal *A Lucta* de 9 de fevereiro de 1916, um instrumento utilizado por esse trabalhador era o chicote, no qual a função “era meter medo na negrada”. Fora isso, para uma rigorosa manutenção da ordem, eram proibidos “qualquer espécie de jogo e o uso de licores espirituosos”; tudo para que não houvesse “o mínimo distúrbio, o menor ato de desrespeito”.

A documentação que forneceu boa parte dessas informações são livros de regras e deveres; assim, é possível refletir e entender que os horários, principalmente, não eram seguidos mecanicamente tal qual desejavam o engenheiro e a comissão técnica. Não foram encontrados muitos outros documentos técnicos que atestem a aplicação desses horários ferrenhamente no cotidiano. No entanto, os jornais da época informam sempre sobre o cotidiano de um longo dia de trabalho duro, as difíceis condições de alojamentos e a má alimentação dos obreiros.

Se a falta de alojamento e de disciplina do “mundo do trabalho” das frentes de serviços incomodava, a forma de pagamento pelos serviços também causava problemas. “Os pequenos salários dos operários eram pagos sempre em vales, entregues logo ao comércio e aos fornecedores”³⁴. As diárias dos homens dos açudes aqui estudados variavam em torno de 700 a 1\$800, dependendo do rendimento e da estação de realização das obras. Todavia, o sistema de vales gerava tensões. Existiam reclamações de exploração dos trabalhadores pelos fornecedores, que supervalorizavam algumas mercadorias com a justificativa da estiagem.

A assistência era dada pela ocupação, e esse trabalho assegurava a remuneração, que para os retirantes operários significava a subsistência. No entanto, o cotidiano dos trabalhadores eram jornadas de fome, a alimentação era insuficiente diante do esforço físico dos operários, que recebiam pouco e ainda dividiam o que possuíam com os numerosos familiares. O trabalhador do campo estava acostumado a garantir a subsistência de toda a família, mas os vales não permitiam isso. As reclamações existentes por conta desses acontecimentos são inúmeras e contam com a legitimação da sociedade³⁵.

A postura que se pretende é de um mundo do trabalho erigido mediante pilares como disciplina, hierarquia, ordenamento, rígida labuta e obediência.

Essas posturas de trabalho eram tidas como necessárias dentro das obras para corrigir indivíduos sob os moldes da vida civilizada, sendo necessárias principalmente se levar-se em conta que muitos trabalhadores eram enquadrados nas teorias racistas que agregavam degeneração à miscigenação. O chicote para “meter medo na negrada”, citado, era para controlar, na visão dos gestores, possíveis degenerados, indolentes e criminosos.

Assim, a ciência pretendia superar esse problema também adotando uma nova postura nas relações de trabalho. A proibição de aguardentes, promiscuidade, a fiscalização rigorosa para evitar conflitos dos trabalhadores eram um reflexo de que, quando se dava trabalho, a preocupação não se limitava a saciar a fome dos retirantes, mas também de ensinar novos valores da moral e dos bons costumes.

Então, mediante as fontes problematizadas, vê-se o quanto podia ser rigoroso o sistema de trabalho vivenciado pelos retirantes operários nas construções da Comissão de Obras Novas Contra as Secas. O cotidiano era pautado pela hierarquia, divisão do trabalho, horário rigoroso, uma nova lógica temporal (se comparada a agenda diária com o tempo de trabalho no sertão) e, ainda mais, valores de uma sociedade que se pretendia moderna, como moral, bons costumes, ordem e disciplina.

Os operários das obras das secas, como mencionado, eram homens de origem camponesa, acostumados à lida diária com a família num “tempo próprio”. Eram habituados a batalhar com seus instrumentos, dominando o seu ambiente de trabalho, tendo seus próprios saberes, num horário delimitado por ele mesmo, sem divisão entre os que davam ordens e os que deviam obedecer³⁶. Um trabalho realizado em diferentes condições culturais e sociais daquele realizado no campo da açudagem.

Com a experiência de secas anteriores, contudo, o trabalhador retirante sabia que a caridade – a assistência, nas formas de trabalho nas obras –, configurava-se um dever do Estado. Então, as condições de trabalho não eram comodamente aceitas pela maioria dos obreiros. Constata-se adiante que alguns conflitos eram relevantes para que a imagem do retirante deixasse de ser estigmatizada como a de “pobres coitados” – vítimas inermes e obtusas –, para que então pudesse ser reconstruída como a de sujeitos de importantes ações no processo histórico.

Dessa forma, a experiência rural era diferente. O trabalho sob comando de um feitor, dirigido por técnicos e organizado por turmas, ia de encontro aos valores dos sertanejos acostumados ao trabalho familiar e autônomo. A família do campo com seus diferentes costumes dependia agora das políticas de socorro do governo, que tentava educar e disciplinar sob novos padrões. O retirante tinha de dialogar com novas tecnologias e novas hierarquias. Novos

saberes foram adicionados constantemente ao seu cotidiano de duras atividades físicas, divisão do trabalho por tarefas e obediência aos dirigentes e a recompensa desse esforço nem sempre significava suficiente gratificação.

Entre a escusa e a recusa

As obras das secas tinham o intuito de dar amparo e trabalho aos sertanejos flagelados, evitando riscos e incômodos à sociedade local, ou seja, constituíam uma maneira de ocupar os retirantes, impedindo-os de ficar entregues à desocupação. Assim, a ociosidade era convertida em ocupação e a justa remuneração afastava o retirante da seca, da esmola aviltante e do ócio.

Manter os retirantes ocupados era um dever atribuído ao Estado; contudo, caindo as primeiras chuvas, muitos trabalhadores das obras públicas eram dispensados. Ocorre que os problemas causados pela estiagem prosseguiram mesmo com a chegada das primeiras chuvas, porque as mazelas não acontecem só no ano em que as secas são declaradas ou reconhecidas: o ano posterior também pode ser de muito sofrimento.

Por conta da seca, os sertanejos não efetuaram o plantio em 1915; então, permaneceram sem meios de subsistência. De acordo com Felipe Guerra, “os retirantes acham-se fora dos seus lugares habituais de trabalho”, quando “cessam ou são interrompidos os serviços” nas obras de socorros, ficando, dessa forma, sem ocupação. Com a morte do gado e a falência da indústria da pecuária e com escassas sementes, “os patrões com poucos recursos” ficam “cautelosos e medrosos” para receber de volta o trabalhador. Acrescente-se o caso do “pequeno lavrador” que não tem sequer meios para erguer “sua lavoura”, já que muitos deles consumiram inclusive as sementes que seriam destinadas ao plantio³⁷. Depois do longo período de estiagem de 1915, por volta de março de 1916, caíram as primeiras chuvas, mas a fome continuou, pois os roçados não foram preparados. Essa era a situação quando começou a recusa de trabalhadores no início de 1916:

Nos princípios de abril dispensei alguns operários, de preferência solteiros e os que estavam em melhores condições, a fim de tornar menor o número excessivo que ainda existe. Mais adiante serei forçado a dispensar maior número, devido à deficiência da verba, o que sem dúvida provocará grande celeuma, pois os pequenos cortes feitos já têm dado lugar a grande grita.³⁸

Antes de abril de 1916, no caso do Açude Patos, foram dispensados trabalhadores das obras, preferencialmente os operários solteiros, já que, para os obreiros que tinham família, o deslocamento do local do açude era mais

complicado. No Açude Caio Prado, a situação operada era ainda pior, pois já em 23 de dezembro o jornal *A Lucta* informava que Severino de Oliveira “dispensou, em um dia, trinta operários dos mais necessitados”.

As cobranças eram dirigidas ao engenheiro, representante do Estado naquele momento. O próprio engenheiro reconhecia que a dispensa de obreiros era motivo de “grande grita”, o que significava que, dentro desse episódio, os trabalhadores não ficavam inertes, resistiam em favor do que consideravam seus interesses. Os operários recusavam-se a abandonar o que haviam conseguido mediante muito esforço e o que garantia naquele momento a sua alimentação e a da sua família.

Nesse sentido, os problemas aumentavam. Com a continuidade da alta dos preços dos gêneros alimentícios e o aparecimento de alguns imprevistos, como lagartos nas plantações, o número de retirantes à procura de serviços continuava grande:

O número de flagelados tende a aumentar, e não será um mês de chuvas que fará o pessoal diminuir; duas pequenas chuvas caídas em dezembro mal deram para acalmar, a procura de trabalho é cada vez maior. Para colocar o maior numero possível de operários, pedi e obtive autorização para roçagem da bacia hidráulica.³⁹

O engenheiro entende que, continuando a dispensa de operários, ocorrerá grande algazarra, o que evidencia o medo de novas “avalanches de flagelados” protestando por trabalho. Para a manutenção dos operários nas obras, algumas estratégias foram pensadas, como: reforços orçamentários para realização de novas obras no açude, redução do pessoal administrativo, envio do pessoal dispensado para obras de outros açudes e, principalmente, a sustentação do maior número de operários possível.

E, quanto aos retirantes, esses tinham noção do momento intrincado pelo qual passavam o engenheiro e os poderes públicos. Diante disso, entravam em conflito reclamando melhores condições de existência. Eles entendiam que só a ameaça da confusão já era suficiente para assustar os chefes.

No entanto, se existia excesso de operários nas obras durante os períodos de estiagem, quando chegava um ano de chuvas abundantes esses trabalhadores desapareciam. Foi o caso do ano de 1917, quando houve evasão nas construções da Comissão de Obras Novas: os operários já haviam se recuperado do flagelo da seca de 1915 e, com as chuvas abundantes, tinham a garantia de um bom inverno.

Passada a mazela da seca, “um novo flagelo em seus cruéis aspectos”⁴⁰ manifestou-se. As chuvas de 1917 causaram cheias no rio Acaraú, que banhava a

cidade de Sobral. Contudo, fora do centro urbano, as chuvas produziram grandes festejos e os sertanejos imediatamente iniciaram as plantações.

Nesse contexto, muitas obras da IOCS, bem como da Comissão de Obras Novas, foram paralisadas. De acordo com o presidente de Estado, coronel Benjamim Barroso, esse episódio não foi algo peculiar aos trabalhos iniciados na seca de 1915. Afirmava ele que, depois de uma seca, quando “vem o inverno, suspendem-se todos os trabalhos por aviso oficial, o povo corre para seus lares e todas as obras iniciadas e por concluir ali ficam ao abandono, deteriorando-se”⁴¹, até surgir outra crise.

As chuvas prejudicavam as obras de duas maneiras. Ao mesmo tempo que impediam a continuação dos trabalhos por dificuldades operacionais, enfrentavam grande escassez de mão de obra.

Estamos no princípio da estação chuvosa, que além de impedir o trabalho regular na parede, faz diminuir o número de operários, pois muitos vão preparar e plantar seus terrenos [...]. O inverno parece ser rigoroso este ano, de modo que não poderemos muito avançar o serviço e talvez mesmo tenhamos de suspendê-lo algumas vezes.⁴²

No Açude Mulungu, localizado hoje no município de Itapipoca, região norte do Ceará, “a falta de numerário acarretou a suspensão dos serviços, em 30 de junho de 1916, ficando apenas nas obras o pessoal estritamente necessário à conservação”. No fim do ano de 1917, o engenheiro Rômulo Campos continuava enfrentando dificuldades pela carência de braços para a construção do Açude Patos:

Estamos precisando elevar o número de operários para atacar definitivamente a conclusão das obras [...] no mês findo de outubro, maior foi a dificuldade que, parece, aumentara em novembro e dezembro devido à preparação das plantações e pela maior facilidade em ganhar dinheiro.⁴³

Essa insuficiência de braços era noticiada em várias correspondências e relatórios, sendo responsável por paralisações dos serviços, evitando muitas vezes a conclusão do açude. Não se pode esquecer que os açudes, além de estruturas emergenciais para ocupar os trabalhadores e educá-los dentro da nova ordem do trabalho, tinham o objetivo de manter fixa no local, à disposição dos latifundiários, a mão de obra dos trabalhadores do campo. De fato, assim que retornava a normalidade climática, os trabalhadores abandonavam as obras de açudagem e voltavam aos serviços em suas pequenas lavouras ou aos trabalhos nas grandes fazendas.

A recusa ao trabalho ocorria pelas péssimas condições de existência dos operários das obras públicas. Como foi visto, o trabalho no açude era árduo e diferente do trabalho no campo; eram situações sociais e culturais distintas. Para o sertanejo, era muito mais vantajoso e satisfatório voltar para semear sua terra, ou até para trabalhar em terras alheias, pois mesmo a lida diária em propriedades de outros oferecia melhores condições, visto a série de relações sociais baseadas num sistema de reciprocidade que existia no campo.

A resistência ao cotidiano da obra causava o abandono delas ao primeiro sinal de bom inverno. Era para evitar experiências parecidas com as que tinham enfrentado no ano de seca, dentro das obras, que muitos trabalhadores se retiravam dos açudes. Era fugindo do serviço árduo, da dura disciplina, da hierarquia e de uma rotina de fome que os trabalhadores das secas resistiram e voltaram para suas plantações, para o seu cotidiano.

O cenário mais geral pode ser entendido quando se analisa o quadro na página ao lado.

Nesse quadro visualiza-se a situação da movimentação do pessoal operário nas obras do Açude Patos. Pode-se perceber o quão grande era o número de trabalhadores no início da obra até fins de março de 1916, quando caíram as primeiras chuvas, e como esse número foi diminuindo a ponto de se tornar insuficiente para o prosseguimento das obras, em fevereiro de 1917, com a abundância de chuvas. A situação melhorava quando passavam os meses iniciais, relativos ao período de plantio, mas a obra volta a sofrer com a escassez de braços logo que se aproximam os meses chuvosos de 1918.

Os engenheiros já sabiam que, nos anos chuvosos, existia essa carência de operários e, assim, lutavam para manter os trabalhadores na obra para poder concluir o objetivo. Os trabalhadores tinham consciência disso e, desse modo, conseguiam reduzir a jornada de trabalho de dez para sete horas e meia de trabalho e elevar o valor da diária. O engenheiro alegava que: “de janeiro em diante, com as chuvas”, precisaria “elevar mais as diárias, a fim de poder operar com certo número para o prosseguimento e acabamento das obras”⁴⁴. Além das oscilações entre a abundância e a carência de mão de obra, os dados do quadro revelam outra problemática. Números intrigantes aparecem referindo-se a pessoas socorridas durante a construção e o montante final. Que pessoas são essas? Como e por que eram acudidas?

Os membros da família dos trabalhadores eram considerados pessoas assistidas pela política de socorro aos retirantes da Obras Novas. Somavam-se a esse número também as mulheres e as crianças que trabalhavam nas obras. Elas eram numeradas pelo escriturário da obra separadamente dos outros operários. A proporção era de cerca de sete pessoas auxiliadas pela

QUADRO 1 - Açude Patos
Demonstrativo do movimento do pessoal na construção,
e número de pessoas socorridas na proporção de 1:7

Ano	Mês	Número de alistados	Número de comparecimento	Pessoas socorridas	
				Por mês	Total
1915	Outubro (18-31)	446	309	3.122	3.122
	Novembro	866	749	5.243	8.365
	Dezembro	892	787	5.509	13.874
1916	Janeiro	867	756	5.292	19.166
	Fevereiro	860	722	5.054	24.220
	Março	799	661	4.627	28.847
	Abril	652	540	3.990	32.837
	Maio	503	451	3.157	36.994
	Junho	436	372	2.604	38.598
	Julho	337	308	2.156	40.754
	Agosto	402	395	2.765	43.519
	Setembro	568	552	3.654	47.173
	Outubro	592	550	3.650	51.023
	Novembro	652	580	4.060	55.083
	Dezembro	658	582	4.074	59.157
1917	Janeiro	541	418	2.926	62.083
	Fevereiro	344	244	1.708	63.791
	Março	90	70	490	64.261
	Abril	55	49	343	64.624
	Maio	59	50	350	64.974
	Junho	116	100	700	65.674
	Julho	127	106	742	66.416
	Agosto	161	119	833	67.249
	Setembro	259	202	1.414	68.663
	Outubro	283	242	1.694	70.357
	Novembro	331	270	1.890	72.247
	Dezembro	334	268	1.876	74.123
1918	Janeiro	333	285	1.995	76.118
	Fevereiro	262	230	1.610	77.728
	Março	158	118	826	78.554
	Abril	153	114	798	79.352
	Maio	159	121	847	80.199
	Junho	124	93	651	80.850
	Julho	110	80	560	81.410
	Agosto (até 15)	71	34	238	81.648
Media Mensal		81.648	2.241	34	

Fonte: Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Patos, n. 8. Relatório final dos serviços realizados. Anexo relativo à movimentação do pessoal na obra do Açude Patos. 26 de setembro de 1918.

remuneração de cada trabalhador, o que pode se verificar quando é dividido o número de pessoas socorridas em cada mês pelo número de trabalhadores dentro das obras. Mas o número final de pessoas socorridas merece questionamentos, pois ele equivale ao total de indivíduos auxiliados, somado todos os meses. Ocorre que não havia uma rotatividade assídua de trabalhadores, os operários não eram substituídos quando findasse um mês de trabalho; assim, as pessoas socorridas em determinado mês podiam ser também as já auxiliadas em outros meses. Fora isso, deve-se levar em consideração que muitos ficavam ao redor do açude, buscando algum tipo de auxílio. Estes também entravam nesse número. Sobre os que ficavam em volta da obra, diz o engenheiro:

Em volta do local posso dizer, sem exageros, que estão 1.600 pessoas [...] e tenho recusado um numero incalculável, os que se revoltam tenho mandado fornecer uma quantia em gêneros [...] para dar comida e assim para evitar que se aglomere no local um grande número de pessoas.⁴⁵

Os retirantes recusados nas obras pressionavam e conseguiam medidas como recebimento de gêneros alimentícios. No discurso do engenheiro, mais uma vez, é verificado o medo de aglomerações humanas. Em outro documento, o engenheiro justifica a ação de distribuir trabalho e esmolas pelo medo de sofrer agressão física dos famintos:

Fiz inclusão das quantias despendidas com o trabalho e mulheres e crianças e das esmolas dadas às pessoas que, pelo elevado número, não podia mais admitir no serviço. Já vos expliquei por que assim procedi: não havia outra solução a tomar, por conta de sofrer por parte dos famintos agressão qualquer.⁴⁶

Era manifesto o medo da multidão de retirantes. Os conflitos gerados pelo ajuntamento de sujeitos levavam ao receio de um “levante geral da pobreza”. “Nesse clima em que imperam a fome, os desmandos, os crimes e o caos”, surgiam os conflitos. “Sinais de uma reação coletiva começavam a aparecer.”⁴⁷ Os trabalhadores, dessa forma, mediante o temor despertado, assumiam uma posição de sujeitos atuantes, fosse requerendo a manutenção na obra, fosse saindo do trabalho das construções de açudagem.

É importante perceber, no entanto, que na seca de 1915 os conflitos não se limitam ao espaço do açude. Não só alguns engenheiros estavam empenhados em socorrer: a sociedade também cobrava esse socorro. A população local – mais o prefeito da cidade, o presidente do Estado, as autoridades locais, o vigário etc. – cobravam maneiras de resolução da seca, mas, sobretudo, dos

problemas que ela causava, como exemplifica a massa de retirantes sem trabalho tomando os maiores centros do estado do Ceará.

Os retirantes eram elementos indesejados, pois eram percebidos como sujeitos que podiam agredir a imagem e a ordem pública. E, se, de início eles eram alvo principalmente das autoridades públicas, a cada seca eles passaram a ser também evitados por homens e mulheres que, buscando a ordem, enxergavam-nos como uma agressão à moral, ao belo, ao limpo. No entanto, que ordem seria essa? A infração da ordem pública acontecia, entre outros, pela vadiagem, pelos casos de desordem e pela imoralidade. Pelo que se pode observar, até esse momento, a ordem que queria se firmar era a almejada mediante o trabalho, pré-requisito para consolidar a imagem das “pessoas de bem”. Os retirantes, sem ocupação, não se enquadravam na sociedade “dos dignos”. Dessa forma, acreditou-se que era preciso submetê-los à “ordem do trabalho”.

Qualificando a labuta

Quando se encerrava a obra, os relatórios finais mencionavam com frequência impressões sobre os resultados dos trabalhos dos obreiros. Deficiências nas obras eram atribuídas ao “fraco esforço operário”. Quando as obras do Açude Caio Prado, por exemplo, foram condenadas, um dos motivos apresentados foi o “estado de fraqueza” dos trabalhadores, “apresentando um rendimento muito inferior ao que seria de esperar de homens em condições de inteira atividade”⁴⁸.

O engenheiro Rômulo Campos, no relatório final do Açude Patos, afirma que de 1915 até fins de 1916, não conseguiu resultado compensador do pessoal operário. De acordo com ele, isso aconteceu não só pela falta de forças devido à alimentação, mas também em consequência do “pouco esforço de todos os chamados *trabalhos do governo*”. O engenheiro explanava que os operários do Nordeste só procuravam serviços em obras do governo quando “acossados pela seca” e por isso não tinham “o habito do trabalho disciplinado”. No entanto, ressalta que, mesmo “pouco diligente”, os operários eram, em geral, “inteligente[s], compreendendo com facilidade” seu ofício⁴⁹. Os sertanejos que procuravam os serviços da Inspetoria eram tidos como “menos dispostos ao trabalho, os mais fracos trabalhadores da região”.

No geral, a fome qualifica os trabalhadores retirantes, nomeando-os como “fracos”, mas não só a fome é tida como responsável pelo insuficiente resultado dos trabalhos. O “mau costume” do pouco esforço nos trabalhos públicos era outro fator relevante. A obra era uma assistência do governo; então, os operários podiam resistir ao sistema de trabalho nela inserido. Outra dificuldade, segundo as fontes técnicas, que prejudicava o andamento das

obras seria a “baixa capacidade” do sertanejo para o trabalho disciplinado. Contudo, assim como foi constatado na leitura de outros documentos, mesmo sendo visto como pouco “diligente”, o operário aprendia com facilidade como executar as tarefas.

Essa ideia que associa a qualidade dos trabalhos dos retirantes à sua fraqueza física é influenciada por um olhar científico bastante difundido no final do século XIX e no início do século XX. Esse olhar qualifica a capacidade desses retirantes limitando-os pelo meio, “pelo baixo índice cultural” e por “uma dieta insuficiente para um desenvolvimento físico completo”. De acordo com Frederico de Castro Neves, generalizou-se “a percepção de uma decadência ou de uma degeneração física e moral por conta da miséria, da fome, das agruras da migração” sobre os “refugiados das secas”. Os “atos violentos ou bárbaros” passaram a ser vistos como resultado “dessa degeneração”⁵⁰. As ideias de mestiçagem, raça inferior, determinismo do meio são somadas aí à seca e às misérias decorrentes da estiagem, reforçando a imagem do retirante como um sujeito reprovado moral e eticamente diante da sociedade. A miséria da seca agravaria os maus instintos e a péssima índole e conduziria os retirantes à ações reprováveis.

Em um relatório o engenheiro menciona que não houve “conflitos” – em fotografias encontradas nas pastas dos açudes, a aparência era de que reinavam a disciplina e a ordem. Contudo, o que eram as “avalanches de flagelados” registradas no início das obras? E por que eram tão frequentes as correspondências notificando o temor de amotinamentos? Fora outros transtornos provocados pela recusa ao trabalho, pelas rebeldias na tentativa de se manter trabalhando, pelo ritmo da jornada dos operários, entre outros.

A frequência com que os trabalhadores aparecem na documentação e com que é noticiada a ocorrência ou possível ocorrência de conflitos, já denota a significativa preocupação dos poderes públicos com a multidão de retirantes. À medida que esse quadro conflituoso se desenvolvia, aumentava também a cobrança ao Poder Público de solução do problema da seca e do combate ao “flagelado”. Manter esses conflitos dentro de espaços como as obras públicas, abaracamentos e outros espaços de segregação era uma estratégia a ser seguida.

Considerações finais

De acordo com Tomás Pompeu Sobrinho, as providências tomadas pelo governo federal contra a seca de 1915, por meio da Inspetoria das Secas e da Comissão de Obras Novas, “foram tardias e insuficientes”⁵¹. Elas foram tardias se considerar que os socorros demoraram a chegar, por meio de liberação de verbas e do início das obras públicas para dar serviço ao retirante.

Os primeiros trabalhos da Comissão de Obras Novas iniciaram-se apenas em outubro, meses depois de declarada oficialmente a seca. Nesse meio tempo, muitas famílias já tinham se deslocado para o litoral, especialmente para a capital. Além dos socorros tardios, que incentivaram as retiradas, outro problema configurava-se, caso analise-se a atuação da Comissão de Obras Novas: as construções não abarcaram o excesso de retirantes, não dando conta de resolver os problemas imediatos da seca de 1915, pois foi lotada nessas obras uma parcela diminuta dos necessitados.

Em 1916, quando vieram as primeiras chuvas, os trabalhos foram paralisados e, em 1917, quando chegaram as enchentes, as obras ficaram empacadas por meses, algumas delas debilitadas pelas águas e outras sendo retomadas anos depois. Finalmente, a Comissão de Obras Novas concluiu 17 obras⁵², deixando seis por concluir⁵³ e quatro interrompidas⁵⁴. Muitas dessas obras de açudagem deram origem a lugarejos e até municípios que levaram o nome dos açudes, visto a permanência de pessoas que continuaram morando no lugar da construção mesmo depois da obra concluída.

Os serviços dentro das construções da Comissão de Obras Novas, em 1915, configuraram-se num leque de possibilidades para enfrentar essa questão na seca. Os retirantes, vistos como um estorvo, um embaraço às condições de progresso de uma sociedade que se pretendia moderna, foram represados dentro dos açudes. Desalojados, esses homens representavam perigo.

Dispersos em pequenos bandos, andrajosos ou ajuntados em maltas de dissidentes, os sertanejos mazelados pela estiagem deixavam de ser vistos como dóceis e passivos para serem vistos com uma massa que poderia provocar um levante geral da pobreza caso não fossem assistidos. Então, o trabalho nas obras públicas, como se procurou demonstrar, consistiu mais em combate ao controle do retirante do que uma ação contra a seca – leia-se escassez de água.

Nesse concerto orquestrado pelas relações de poder, pela fome e pelos diversos sentimentos, os conflitos não demoraram a surgir. As “avalanches de flagelados” abateram-se sobre os canteiros das obras. A assistência social, a ocupação para todos, era exigida. As aglomerações, “motivadas pela fome”, exerceram pressão. Só a ameaça das “avalanches de flagelados” já era o suficiente para deixar as autoridades locais e os engenheiros das obras ansiosos e receosos quanto à possibilidade de uma revolta maior, principalmente se lhes faltassem serviços.

O auxílio prestado aos retirantes, porém, era também um reflexo de como o Estado, representado pelo engenheiro, assumia as obrigações costumeiras antes dos coronéis. O cotidiano social das obras mostra a sobrevivência de elementos característicos do modelo paternalista sob convenção, com novas

formas e outros conceitos. Havia a existência do pacto paternalista, colocando em evidência os retirantes-operários fazendo história.

Assim, os retirantes foram postos diante de um novo cotidiano, enfrentando um rigoroso ritmo de trabalho, em que o serviço difícil e mal pago era tido como exigência para o merecimento da assistência social, não obstante as péssimas condições de higiene e alimentação. Novos aprendizados vieram. Isso denota que os conflitos ocorridos não eram somente cenas de tragédias; significavam que experiências culturais diferentes eram adicionadas ao mundo do trabalho em plena seca.

A seca de 1915 serviu para fortalecer a imagem dos retirantes como sujeitos de desordem, causando medo e temor; os próprios trabalhadores retirantes reverteram isso em barganha para garantir o direito à sobrevivência. Os trabalhadores retirantes não ficaram passivos, pois reivindicavam o direito ao trabalho, e portanto à vida, em vários momentos do processo de construção da obra, resistindo à dura lida, por exemplo, quando abandonavam as frentes de serviços, normalizada a situação climática, ou quando conquistavam o aumento das diárias. E é por isso que lutavam: pelo direito à comida, água, abrigo, melhores condições de existência para si e para a família. Mediante as experiências acumuladas em outras secas, pouco a pouco esses sujeitos abandonaram a prática de recorrer à caridade particular e passaram a exigir coletivamente os auxílios do governo. Com sua presença em forma de “avalanche” numa seca, os trabalhadores exerceram pressão e passaram a exigir uma solução diante da calamidade.

RESUMO

Havendo seca, faltam serviços para os trabalhadores rurais e essa falta de ocupação desencadeia uma série de outros problemas. Em 1915, uma das principais políticas de combate a essa questão foi a ocupação de retirantes nas construções da chamada Comissão de Obras Novas Contra as Secas. As autoridades públicas, os intelectuais e outros setores da sociedade acharam-se incomodados pela “multidão de famintos”, iniciando o confinamento dos migrantes em obras de açudes. No entanto, as aglomerações de retirantes exerceram pressão. Esses trabalhadores não ficaram inertes e, sob forma de “avalanches de flagelados” numa seca, exigiram soluções: lutaram para ter trabalho, para matar a fome, para se proteger da falta de abrigo, das enfermidades, da miséria. Enfim, reclamaram para garantir o direito à sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE

Seca; Trabalho; Conflitos.

ABSTRACT

When there is drought, lack of services for rural workers and the lack occu-

pancy triggers a series of other problems. In 1915, one of main policies to combat this issue was the occupation of migrants in the construction of the nominated Committee Against the New Works Drought. Public authorities, intellectuals and other sectors of society found themselves troubled by the “multitude of hungry”, starting the confinement of migrants in works of dams. However, the agglomerations of refugees pressured. These workers were not inert, they fought, complained to guarantee the right to survival.

KEYWORDS

Drought; Work; Conflicts.

NOTAS

¹ Esse artigo é resultado de reflexões presentes em minha dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2009 no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, e intitulada *Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)*. Mais especificamente, as discussões deste texto foram retiradas do segundo capítulo, “Os enxadas – de retirantes a operários: trabalho, cotidiano e conflitos nas obras contra as secas”. Mestre em história social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato da autora: laravcf@yahoo.com.br.

² O historiador Frederico de Castro Neves afirma que “por todo o século XIX as obrigações dos proprietários de terras no âmbito da relação de reciprocidade desigual – submissão *versus* proteção – foi se tornando um encargo cada vez maior. As heranças dos períodos anteriores da colonização haviam se transformado. Dentro da organização baseada na produção agropastoril sobressaía a parceria, a divisão do gado em um para quatro; no caso da agricultura o parceiro cultivava uma parte da terra para o proprietário, e em troca cede uma parte da produção ou alguns dias de serviço”. Os pequenos proprietários ficavam com as terras não destinadas às mais importantes atividades da fazenda. Sendo assim, o conjunto de relações era mantido desde que “houvesse uma disponibilidade de terras e recursos para serem aproveitados”. Contudo, dois acontecimentos ocasionaram o dismantelo dessas relações. Primeiro, a Lei de Terras de 1850, pela qual a terra passou a ter valor monetário estimado. A limitação dos espaços ocorreu de forma rápida, tomando terras de posseiros e pequenos proprietários, restringindo, dessa forma, os espaços a serem ocupados pelos camponeses na época das secas. Deve ser considerado, ainda, o crescimento da agricultura comercial do algodão, que ampliou as áreas destinadas ao mercado externo, principalmente com a guerra civil dos Estados Unidos, em 1860. Esses acontecimentos impediram a proteção dada por latifundiários, que consistia sobretudo na concessão de terras em períodos de estiagem, assegurando trabalho e, portanto, a subsistência aos camponeses. Para maiores detalhes ver: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 42.

³ GUERRA, Felipe, “A seca de 1915”. In: ROSADO, Vingt-un; ROSADO, Américo, *Décimo primeiro livro das secas*. Natal: Universitária, 1985, p. 13 (Coleção Mosso-roense, v. CCCV).

⁴ GUERRA, Felipe, “A seca de 1915”, *op. cit.*, p. 10.

⁵ Se não chover até o dia 19 de março, dia de São José, pela crença popular, é ano de seca. São José, não por acaso, é padroeiro do Ceará e o santo de devoção de muitos cearenses. As preces feitas a ele são direcionadas a pedidos de chuvas abundantes e de boas plantações.

⁶ *A Pátria*, 25/03/1915.

⁷ Esse açude está localizado no município de Itapipoca, região Norte do Estado do Ceará.

⁸ REIS, Aarão, *Obras Novas Contra as Secas: trabalhos executados de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p. 98.

⁹ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Caio Prado, n. 1, Telegrama emitido pelo engenheiro condutor da obra Severino de Oliveira, 29/10/1915, Santa Quitéria.

¹⁰ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Caio Prado, n. 1, Telegrama emitido pelo engenheiro condutor da obra Severino de Oliveira, 28/10/1915, Santa Quitéria.

¹¹ REIS, Aarão, *Obras Novas Contra as Secas*, *op. cit.*, p. 50.

¹² *Ibidem*, p. 98.

¹³ O Açude Patos está localizado no município de Sobral (CE), numa localidade também chamada Patos, formada ao redor do açude após a construção dessa barragem.

¹⁴ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Caio Prado, n. 1, Telegrama emitido pelo engenheiro condutor da obra Severino de Oliveira, 16/11/1915, expressões encontradas num documento avulso sobre o Açude Patos.

¹⁵ Durante a construção do Açude Forquilha, na seca de 1919, em Sobral, semelhante quadro se repete. Levas de retirantes invadem a cidade, “famintos, quase nus”, à procura de trabalho. É iniciada a construção do Açude Forquilha, chefiado pelo engenheiro Rômulo Campos, com um número dobrado de trabalhadores.

¹⁶ Telegrama emitido pelo engenheiro condutor da obra Severino de Oliveira, 16/11/1915.

¹⁷ NEVES, Frederico de Castro, *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, p. 10.

¹⁸ THOMPSON, E. P., *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 208.

¹⁹ O trabalho de Frederico Neves, *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, explicita com detalhes como a multidão de retirantes passou a se organizar em períodos de secas, desde a estiagem de 1877, para cobrar do Estado o

direito a assistência. De acordo com Frederico de Castro Neves, “o que tornou essa seca uma calamidade tão extraordinária relaciona-se com o momento em que os deveres paternalistas passam a ser exercidos, em sua maior parte ou, mais exatamente, em escala social, pelo Estado” (*op. cit.*, p. 42).

²⁰ Arquivo do Segundo Distrito Regional do Dnocs, Fortaleza (CE), Fundo Açudes Públicos, Açude Patos/Pasta III, Relatório de 25/01/1915.

²¹ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 3. Documento avulso encaminhado pelo engenheiro Aarão Reis em 1916.

²² Outros documentos de outros açudes públicos do Ceará também mostram que, quando voltava a regularidade climática, as obras enfrentavam problemas de escassez de trabalhadores. Ponto que é discutido em outro tópico do capítulo II da minha dissertação de mestrado.

²³ *A Lucta*, 01/12/1915.

²⁴ *A Lucta*, 10/11/1915.

²⁵ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 4. Relatório de serviços realizados enviado à Superintendência de Obras Novas Contra as Secas pelo engenheiro Rômulo Campos, 25/01/1916.

²⁶ GUERRA, Felipe, *Ainda o Nordeste*. Natal: Typ. d'A Republica, 1927, p. 19 e 143.

²⁷ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 4, Relatório dos serviços realizados de outubro a dezembro de 1915, enviado à Superintendência de Obras Novas Contra as Secas pelo engenheiro Rômulo Campos, 26/01/1916.

²⁸ Relatório dos serviços realizados de outubro a dezembro de 1915, 26/01/1916.

²⁹ Sobre a construção do Açude Forquilha. *A Lucta*, 14/05/1919.

³⁰ CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001, p. 75.

³¹ *A Lucta*, 09/02/1916.

³² GUERRA, Felipe, “A seca de 1915”, *op. cit.*, p. 17.

³³ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Tucunduba, junho de 1917. Esse açude esteve entre as atribuições da Inspetoria de Obras Contra as Secas. O documento tem informações sobre o pessoal jornalheiro, trazendo uma longa lista dos deveres dos feitores nas obras. Os próximos três parágrafos têm informações retiradas desse documento.

³⁴ GUERRA, Felipe, *Ainda o Nordeste*, *op. cit.*, p. 89. O livro faz crítica a uma brochura de 200 páginas escrita por um engenheiro que foi funcionário da Inspetoria de Obras Contra as Secas, Zenon Fleury Monteiro, que expõe suas impressões sobre as Comissão de Obras Contra as Secas e sobre seus trabalhadores.

- ³⁵ Questão é discutida no terceiro capítulo da minha dissertação.
- ³⁶ NEVES, Frederico de Castro, *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, *op. cit.*, p. 126.
- ³⁷ GUERRA, Felipe, “A seca de 1915”, p. 38.
- ³⁸ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 2, documento avulso que fala, entre outros assuntos, sobre a dispensa de trabalhadores.
- ³⁹ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 4, Relatório de serviços realizados, 25/01/1916.
- ⁴⁰ *A Ordem*, 19/04/1917.
- ⁴¹ ESTADO DO CEARÁ, Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, em 01/7/1915, pelo presidente do Estado cel. Benjamim Barroso. Fortaleza: Typographia Moderna, 1915, p. 8.
- ⁴² Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 3, correspondência enviada a Aarão Reis por Rômulo Campos, 5/1/1917.
- ⁴³ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 3, correspondência enviada a Aarão Reis por Rômulo Campos, 12/11/1917.
- ⁴⁴ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 8, Relatório dos serviços realizados de outubro a dezembro, enviado pelo engenheiro Rômulo Campos, 14/01/1918.
- ⁴⁵ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Caio Prado, n. 1, correspondência enviada pelo engenheiro Rômulo Campos, 26/11/1915.
- ⁴⁶ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Caio Prado, n. 1, documento avulso enviado pelo engenheiro Rômulo Campos sobre trabalhos realizados.
- ⁴⁷ NEVES, Frederico de Castro, *A multidão na história*, p. 39.
- ⁴⁸ Aarão Reis. *Relatório de obras novas*, p. 150.
- ⁴⁹ Arquivo da Segunda Divisão Regional do Dnocs, Fundo Açudes Públicos Ceará, Pasta Açude Patos, n. 8, Relatório final dos serviços realizados enviado à Superintendência de Obras Novas Contra as Secas pelo engenheiro Rômulo Campos, 26/09/1918 (Grifos do original).
- ⁵⁰ NEVES, Frederico de Castro, *op. cit.*, p. 93.
- ⁵¹ SOBRINHO, Thomaz Pompeu, *História das secas (século XX)*. Mossoró: Universitária, 1982, p. 31 (Coleção Mossoroense, v. CCXXV).

⁵² Foram concluídos os seguintes açudes: Anajás (Piauí); Bahú, Guaiuba, Patos, Caio Prado, Mulungu, Parazinho e Riacho do Sangue (Ceará); Saco, Pessoa e 25 de Março (Rio Grande do Norte); Cajazeiras e Bodocongó (Paraíba); Serra dos Cavalos (Pernambuco); e as seguintes estradas de rodagem: Baturité a Guaramiranga e Sobral a Meruoca (Ceará); Campina Grande a Soledade (Paraíba).

⁵³ Ficaram por concluir os seguintes açudes: Várzea da Volta e Velame (Ceará); Arapuá (Rio Grande do Norte); as seguintes estradas de rodagem: de Floriano a Oeiras (Piauí); de Macau a Assu (Rio Grande do Norte); e o aterro da Lagoa Própria (Sergipe).

⁵⁴ Foram interrompidas as seguintes estradas de rodagem: do Rio Branco a Buique (Pernambuco); de Cajazeiras a Souza (Paraíba); de Quixadá ao Riacho do Sangue (Ceará); de Mossoró a Alexandria (Rio Grande do Norte).